
19ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 19ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Maria Olívia Pessoni Junqueira (Procuradora da República do Ministério Público Federal), membro suplente; Renato Belini de Oliveira Costa (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará), membro suplente; Jheice Brito Lobato (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro suplente; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Juliana Nobre Soares (Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barcarena – PMB), membro titular; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 2), membro titular; Rosenilda Evangelista (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 2), membro suplente; Fátima Solange Góes (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 4), membro titular; Fabiano Azevedo (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 4), membro suplente; Amauri Figueiredo (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 5), membro suplente; Elidiane Cardim (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 6), membro titular. Justificaram a ausência, Gilvandro Ferreira Santa Brígida (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena), membro titular; Rozemiro Brito (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 5), membro titular; Gracilene Barreto (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 3), membro suplente. Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Daltro Paiva, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 22 de julho de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 25 de maio de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 19ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Aprovação da ATA da 18ª Reunião (25.05.2021).** Edane lembra que houve uma sugestão de ajuste de texto, que foi incorporada em uma segunda versão da ata e compartilhada com os membros por E-mail em seguida, questionando aos membros se havia mais alguma sugestão a partir da última versão. Não houve mais considerações, assim, a ata foi considerada aprovada. **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.2.1) Plano de Aplicação para recursos das multas depositadas no FEMA.** Edane diz que a indicação dos membros do CA para compor a comissão interna do FEMA para a elaboração do Plano de Aplicação foi concluída, ficando os membros Juliana Nobre como representante da Prefeitura de Barcarena e Mário Santos, como representante da sociedade civil para a composição da comissão da SEMAS. Passa-se para o ponto **1.2.2) Regimento Interno.** Permanece pendente a realização de uma

agenda com os novos membros da sociedade civil das representações 3, 4, 5 e 6 para uma atividade de nivelamento e tratamento do regimento interno, a ser agendada para o mês de agosto. Fica pendente a realização de um momento para tratamento dos parágrafos em estacionamento conceitual em data a ser definida. Passa-se para o ponto **1.2.3) Termos de Referência para contratação de auditorias independentes.** **A)** Compartilhamento do Termo de Referência da cláusula 2.1.1 C do TAC com os membros do CA e **B)** Apresentação e compartilhamento do Termo de Referência da cláusula 3.1 do TAC aos membros do CA e, **C)** Questões apresentadas pelos membros do CA aos signatários durante a 18ª reunião do CA sobre as auditorias independentes. Edane informa que esses questionamentos foram enviados aos signatários, via e-mail, em 17/07/21. Sobre estes encaminhamentos, Eduardo Bustamante apresenta a manifestação dos signatários: 1) Sobre o compartilhamento do termo de referência do item 2.1.1 C do TAC, informa que o documento na íntegra foi disponibilizado no site da Hydro para o público em geral; 2) Sobre a cláusula 3.1, Eduardo diz que o termo de referência também está disponível no site da Hydro; 3) Sobre a atualização do status de aprovação dos demais termos de referência para a contratação das auditorias independentes, Eduardo apresenta um quadro indicando em que fase está cada item e, reforça que a atualização de todos os processos de contratação das auditorias será disponibilizada no mesmo endereço online do site da Hydro para consulta pública. Maria Olívia Pessoni informa que o termo de referência para a auditoria da segurança do processo produtivo, mostrado na apresentação, foi aprovado recentemente pelo Ministério Público, dessa forma, solicita para que, assim que possível, seja atualizado o quadro. Eduardo informa que após a atualização, o quadro será compartilhado com o CA. Maria Olívia Pessoni reitera que a **disponibilização permanente para o acompanhamento de toda a população seja um encaminhamento**; Eduardo prossegue com a apresentação da manifestação dos signatários às questões dos membros, passando para a resposta 4) Sobre a solicitação de disponibilizar os nomes das empresas que concorreram para as auditorias independentes, Eduardo informa que, após o término do processo de contratação, será disponibilizada uma lista com os nomes das empresas que participaram do processo concorrencial; 5) Sobre a solicitação de compartilhar os editais de contratação no site do Ministério Público Federal, os signatários não apresentam nenhuma objeção; 6) Sobre a solicitação de reforçar a contratação de mão-de-obra local, Eduardo afirma que serão incluídos nos editais que as empresas ganhadoras deem preferência pela contratação de mão de obra local, divulgando a vaga na região; 7) Sobre a solicitação de que seja citado no termo de referência para o item 2.1.1 C do TAC, que abrange os estudos epidemiológicos, a indicação preferencial pela coleta de sangue para análise de presença de metais pesados nos voluntários, visando evitar ambiguidade nos resultados, que podem acontecer com a escolha de outra matriz biológica, como em coletas de cabelo, Eduardo frisa que o termo de referência permite que a empresa responsável pelo estudo aponte algumas matrizes biológicas, de acordo com sua metodologia, que será analisada em uma segunda etapa do processo, após a validação de todos os documentos necessários para a habilitação da empresa, com a apresentação de um plano de trabalho, o qual deverá incluir todo o detalhamento da sua metodologia e que isso será apresentado para os membros do CA para sugestões e críticas pertinentes. Após as respostas apresentadas por Eduardo Bustamante acerca das questões enviados sobre os termos de referência para as auditorias independentes, abre-se para a manifestações dos membros. Fabiano Azevedo questiona se os estudos epidemiológicos excluirão crianças menores de 5 anos e grávidas dos exames

de sangue e de coleta de cabelo. Eduardo Bustamante responde que isso deverá ser definido dentro do plano de trabalho junto com a empresa contratada no fim do processo de concorrência, visto que a pergunta é técnica, um especialista da área estaria mais apto para respondê-la com exatidão, de acordo com o detalhamento metodológico que será feito para o estudo. Mário Santos pergunta à procuradora da República Maria Olívia Personi se há alguma referência sobre a exclusão de crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas no termo de referência para os estudos epidemiológicos. Maria Olívia afirma que desconhece essa orientação por parte do MPF e que poderá fazer a leitura do termo de referência novamente para verificar essa informação. Dando continuidade, Mário Santos ressalva a importância de que se apresente mais de um plano de trabalho para as auditorias, para que, na ocasião de um agravamento da pandemia, exista alguma outra forma de se continuar os trabalhos das auditorias sem interrupção. Jackeline Sales faz referência à Eduardo Bustamante, questionando em qual etapa está a contratação das empresas para o estudo epidemiológico. Maria Olívia explica à Jackeline que, após a expiração do prazo publicado no edital de contratação, as empresas que foram habilitadas, após a análise de documentos, pediram um aumento no prazo para desenvolverem de forma mais cautelosa os seus planos e cronogramas para o estudo, em razão da complexidade em realizá-lo. Maria Olívia também relembra que haverá uma posterior aprovação do plano de trabalho da empresa que vencer o edital, em virtude do modelo do estudo ser feito como um projeto de pesquisa, passando obrigatoriamente por um comitê de ética de pesquisa, formado por um comitê de órgãos federais, antes de sua execução. Dando prosseguimento à pauta, Edane continua com a atualização dos encaminhamentos pendentes, passando para o ponto **1.2.4) Cláusula 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável), afirmando que ainda seguia pendente o envio do cronograma detalhado da expansão dos serviços de abastecimento de água para cada bairro e comunidade de Barcarena, mas, que a representante da prefeitura de Barcarena, Juliana Nobre, recebeu o cronograma da expansão dos serviços da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Barcarena (ARSEP) e enviou à secretaria executiva no dia de hoje. Assim, Edane registra que a pendência foi concluída, e que esse **cronograma será compartilhamento com os membros do Comitê logo após a reunião**. Por fim, Edane lembra que resta um encaminhamento pendente, referente às questões enviadas aos signatários sobre o item 2.1.4 do TAC, que é **uma manifestação sobre a solicitação de que, seja estabelecido um prazo com cronograma para as etapas de discussão e de aprovação do projeto da referida Cláusula**. Dando prosseguimento, passa-se para a pauta **2) Atualização de Itens do TAC**, tratando o item **2.1) Cartão-alimentação: situação do retorno da Práxis**. Edane relembra aos membros que um comunicado dos signatários foi compartilhado por Edson Maciel (membro titular pela Alunorte), informando sobre a suspensão dos serviços da Práxis até o fim de julho, quando os signatários farão uma reunião para nova avaliação sobre esse retorno dos trabalhos a campo. Maria Olívia informa que os signatários já avaliam a possibilidade de retorno dos trabalhos da empresa Práxis possivelmente ainda esse ano, porém, sempre condicionada às condições de segurança para todas as atividades. Informa ainda que a sugestão de Mário Santos foi enviada à Práxis e que aguardam a resposta. Maria Olívia explica que foi informada de que a finalização desse levantamento demanda o envolvimento de cerca de 100 pesquisadores, os quais receberam um treinamento específico para a atuação em campo, não sendo simples realizar uma nova seleção e treinamento para escolher pessoas

das comunidades de Barcarena para continuarem o trabalho, como foi sugerido por Mário Santos. A procuradora informa que está avaliando junto à prefeitura o índice de vacinação das pessoas adultas em Barcarena, e que após obterem um maior índice de vacinados, será possível a retomada do levantamento, por fim, Maria Olívia lembra que uma parte significativa dos cartões-alimentação já foi paga e finalizada. Fabiano Azevedo **sugere que um cronograma de retorno da Práxis seja elaborado e compartilhado com o CA.** Jackeline Sales pergunta se não seria uma alternativa viável que os trabalhadores da Práxis tivessem prioridade na vacinação para poderem retornar a campo. Maria Pessoni responde que essa proposta foi apresentada pelo representante Mário Santos e que a vacinação não deve estar relacionada somente a quem faz a pesquisa, lembrando que esses pesquisadores transitarão pelas comunidades e pelas casas das famílias visitadas, sendo importante que essas famílias também já estejam imunizadas. Jackeline Sales **sugere a criação de ferramentas informativas que repassem para a população em geral, de forma mais simples, as informações enviadas no comunicado dos signatários, para um melhor entendimento da população sobre as causas por que a terceira fase do cartão-alimentação está suspensa,** bem como outras ações pertinentes ao TAC que ainda não foram retomadas e finalizadas. Maria Pessoni concorda com Jackeline e diz que essas peças de comunicação podem incluir algumas perguntas que surgem nas reuniões do CA, como, por que as pessoas das comunidades não podem fazer parte da equipe de pesquisadores; por que não se vacinam os pesquisadores para que eles possam retomar o trabalho nas comunidades. Podendo ainda, melhorar o comunicado mais formal, que fala sobre essas questões, para que toda população entenda melhor. **Fica como encaminhamento a sugestão aos signatários que produzam essas peças de comunicação.** Mário Santos **sugere aos signatários que pensem na possibilidade de treinar novas pessoas que sejam residentes de Barcarena e reitera a necessidade da elaboração de mais de um plano de trabalho nas ações referentes ao TAC, para que as atividades não tenham interrupções após o seu início.** Mário também reflete sobre a possibilidade do uso de um aditivo no contrato com a Práxis para o treinamento de novas pessoas que sejam de Barcarena e que já foram vacinadas, sugerindo uma reunião com a Práxis para se encontrar possibilidades para a conclusão dos trabalhos. Em seguida, Fátima Solange se manifesta dizendo que tem conhecimento dos decretos que restringem a circulação de pessoas no município, porque trabalha como ambulante, apesar disso, registra que existem ações de projetos não relacionadas ao TAC que já estão sendo feitas com pessoas de fora entrando nas comunidades. Por fim, Fátima apresenta uma **pergunta aos signatários, sobre o direito ao recebimento do cartão-alimentação, caso a pessoa cadastrada pela Práxis tenha falecido, quem receberá o valor em seu lugar.** Maria Olívia diz que, em princípio, entende que o valor do cartão-alimentação é destinado para o núcleo familiar, então deverá ocorrer a comprovação e a atualização do cadastro para outro membro desse mesmo núcleo familiar. **Fica registrado como encaminhamento o envio da pergunta aos signatários.** Elidiane Cardim afirma, como agente de saúde, que a pandemia ainda não acabou, mas, entende que a Práxis já poderia elaborar um plano de trabalho para o retorno com base nos índices de vacinação e, conclui dizendo que existem pessoas qualificadas no município de Barcarena e Abaetetuba para realizarem o trabalho, caso fossem contratadas pela empresa. Elidiane finaliza com a seguinte pergunta aos signatários, **por que os cartões-alimentação não chegaram até às áreas das comunidade da representação 5 e 6 do CA.** Amauri Figueiredo faz referência à volta às aulas presenciais

da rede pública e **sugere que a Práxis poderia retomar os trabalhos usando todos os equipamentos de uso pessoa de proteção contra a covid-19.** Jackeline Sales sugere que, para a produção da peça de comunicação sobre o cartão-alimentação, seja englobada uma explicação da área que foi atendida pelo cartão, visto que há o questionamento de o porquê o cartão-alimentação não chegou em algumas comunidades, que estão na representação 5 e 6. Jackeline Sales **sugere que na produção da peça de comunicação sobre o cartão-alimentação seja inserida uma explicação da área que foi atendida pelo cartão,** visto que os novos representantes das comunidades de Abaetetuba devem receber questionamentos sobre por que o cartão-alimentação não chegou até suas comunidades. Em seguida, Mário Santos, Jackeline Sales, Elidiane Cardim e Fabiano Azevedo **sugerem uma reunião entre o CA, a gestão municipal, a secretaria de saúde e a Práxis, para discutir formas de continuar o trabalho de confirmação de endereços para a entrega do cartão-alimentação.** Dando prosseguimento à pauta, passa-se ao ponto 2.2) **Item 2.1.4 do TAC (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável),** convidando um membro dos signatários para realizar a atualização sobre essa cláusula. Inicialmente, Renato Belini diz que tenta sensibilizar os membros para que o debate sobre a qualidade da água seja feito na promotoria de justiça do Ministério Público de Barcarena, pontuando que já houve uma reunião com os representantes da sociedade civil, mas que, nem todos puderam participar. Renato informa que aguarda que seja formalizada uma representação da sociedade civil junto ao Ministério Público para dar continuidade a esse tema dentro da promotoria. Eduardo Bustamante reforça a necessidade de encaminhar as discussões sobre a qualidade de água de Barcarena em outro espaço para que a cláusula 2.1.4 do TAC possa avançar, como propôs o promotor Renato Belini. Eduardo também diz que todos os membros precisam estar atentos às sugestões, propostas e críticas voltadas à análise do projeto de expansão da rede de água, apresentado pela concessionária Águas de São Francisco. Em seguida, a procuradora Maria Olívia Pessoni apresenta atualizações sobre a cláusula do TAC, dizendo que fez um registro junto à prefeitura de Barcarena e à Hydro para que as comunidades tradicionais sejam ouvidas e que os territórios tradicionais que estão no projeto apresentado pela Águas de São Francisco não sejam divididos. Maria Olívia informa que teve acesso à documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre o reconhecimento do quilombo São Sebastião de Burajuba e que já fez o compartilhamento desse documento com a prefeitura e com a Hydro para uma melhor avaliação. Quanto à consulta prévia, livre e informada, a procuradora diz que solicitou a informação, mas, somente algumas comunidades teriam o protocolo de consulta nesse momento. Maria Pessoni pergunta a Mário Santos se há alguma atualização sobre a elaboração dos protocolos de consulta das comunidades quilombolas Gibrié de São Lourenço, São João de Burajuba, Sítio Conceição e Cupuaçu. Mário Santos responde que os protocolos estão em fase de construção, contando com uma equipe de antropólogos e estudiosos de áreas afins no estudo, com compilação de documentos pertinentes e em diálogo com a população, seguindo os protocolos recomendados contra a covid-19, e que, espera que esses protocolos estejam prontos entre outubro e novembro de 2021. Maria Olívia reforça que as comunidades precisam ser ouvidas para se encontrar a melhor forma de como seria mais viável fazer essas consultas e, finaliza **sugerindo que a prefeitura de Barcarena e a Hydro entrem e mantenham contato com Mário Santos, que é representantes dos territórios quilombolas e tradicionais no CA,**

para encaminhamento dessas consultas, visto que elas precisam ser formalizadas e são de competência de quem realizará o trabalho. Fabiano Azevedo faz menção à análise de metais pesados, sugerindo que seja considerada em relação ao serviço de expansão mencionado no projeto apresentado pela Águas de São Francisco. Renato Belini, referindo-se à sugestão de Fabiano, afirma que nenhuma abordagem técnica de segurança sobre a qualidade da água, que esteja dentro das normativas a serem seguidas pela concessionária, deixarão de ser verificadas pelo MPPA na promotoria de Barcarena, dizendo que essa questão poderá ser tratada dentro da promotoria em um procedimento específico para que a cláusula 2.1.4 do TAC seja concluída com maior velocidade e, conclui dizendo que a promotoria aguarda os membros da sociedade civil para continuar a discussão desse e de outros temas relevantes, sem interferir no andamento do TAC. Jackeline Sales **sugere que seja convidado um técnico que faz parte do Comitê Técnico do TAC para participar de uma reunião do CA para fazer uma leitura explicativa sobre os laudos que abrangem a qualidade de água em Barcarena, que foram compartilhados pela concessionária**, como se fez em outra reunião do CA. Jackeline questiona sobre o tempo de execução do projeto e se já existe alguma resposta justificando a área apresentada, visto que, no projeto, o bairro Jardim Cabano foi dividido entre Itupanema e Jardim Paraíso. Maria Olívia Personi diz que a Hydro teria mais informações para trazer, visto que está em constante diálogo com a prefeitura de Barcarena para tratar do projeto da concessionária. Reforça que o momento é adequado para inserir essa questão sobre Jardim Cabano, visto que a definição da área ainda está em discussão. Edane Acioli esclarece, para melhor entendimento dos membros, que o cronograma que se está discutido no momento não é o cronograma do projeto de expansão da água previsto na cláusula 2.1.4 do TAC, apresentado pela concessionária, e sim, o cronograma geral da Águas de São Francisco, que prevê a implantação do abastecimento de água para cada bairro de Barcarena, que fora compartilhado um pouco antes da reunião pela prefeitura. Mário Santos reforça a necessidade do compartilhamento do cronograma para que os membros da sociedade civil entendam a ordem de distribuição das áreas para a expansão da distribuição pública de água, salienta que, apesar da apresentação prévia do projeto, ainda existem dúvidas sobre como acompanhar o processo de forma mais direta. Mário concorda com o promotor Renato Belini em haver um outro comitê para discutir sobre a qualidade de água fornecida pela concessionária, sendo que a qualidade e a expansão do sistema de água são temas interligados, finalizando sobre a necessidade da análise do projeto de expansão apresentado, afirmando que acompanhará o projeto da concessionária na fiscalização, caso ele seja aprovado. Fabiano Azevedo frisa sobre a fala de Jackeline Sales, citando a importância do cronograma enviado pela prefeitura para que as comunidades possam saber com exatidão quando a expansão chegará em cada comunidade. Em seguida, Jackeline Sales diz que a criação de um fórum ou comitê, como proposto pelo promotor Renato Belini, poderá detalhar e debater mais sobre o cronograma enviado pela prefeitura. Renato Belini concorda e pede que os membros tenham atenção para o projeto que foi enviado pela concessionária, para que as críticas sejam sanadas e a cláusula 2.1.4 do TAC seja concluída. Por fim, Mário Santos reforça a necessidade de reflexão sobre o projeto, como a análise da área escolhida, orçamento prévio e cronograma de execução. Edane registra o **encaminhamento de solicitar aos signatários a participação do químico que faz parte do comitê técnico** para participar de um evento de capacitação a ser realizado com os membros da sociedade civil, para tratar de questões ligadas ao item 2.1.4 do TAC, com leitura dos documentos técnicos (projeto de expansão do

sistema de abastecimento de água e estudos sobre a qualidade da água) que foram compartilhados com os membros do CA. Dando seguimento à pauta, passa-se ao ponto **3) O que ocorrer**. Nesse ponto, Edane Acioli informa que a secretaria executiva recebeu uma solicitação dos signatários para acolher dos membros do CA, sugestões para as próximas quatro representações da sociedade civil, que devem ser mobilizadas para completar o quadro de representações do Comitê de Acompanhamento do TAC, justificando-se as sugestões. Mário Santos sugere como área a região de Barcarena sede, por ser a sede do município e está situada na área do entorno; também sugere a área do Arrozal, pois, as águas desaguam para o local, assim como em Barcarena sede; sugere ainda a Vila do Cabanos, pois o rio Murucupi atravessa a localidade. Com relação às ilhas, sugere as Ilhas do Capim e Trambioca, pois são ilhas que sofrem a mesma influência que as demais comunidades, porque o rio é o mesmo. Por fim, sugere as Ilhas das Onças e Arapiranga, pois, de acordo com estudo que a professora doutora Simone de Fátima Pinheiro Pereira apresenta sobre a qualidade da água e de contaminação de metais pesados, o grau de contaminação chegaria até essas ilhas, recebendo a mesma carga da água que desagua, tendo a qualidade da água prejudicada. Jackeline Sales sugere o Furo do Arrozal, pois as águas do Murucupi desaguam no Furo e é muito próximo da área do São Francisco, a parte ribeirinha. Também sugere a parte ribeirinha de Barcarena, como a Ilha da Trambioca, pois estão desde o início participando de todas as audiências, sendo uma parte ribeirinha que vai ser estudada. Por fim, sugere a Ilha do Capim, visto que é uma comunidade próxima ao porto de Vila do Conde, que está no CA. Fabiano Azevedo sugere os pescadores, enquanto categoria, a partir da representação da Colônias de Pescadores, colocando como titular e suplente, pelo menos duas colônias, justificando que não seria de forma geográfica, mas de forma representativa, pois, quando há influência na qualidade da água, uma das categorias prejudicada é a de pescadores, que sobrevivem do rio Murucupi, rio Pará e da Bacia hidrográfica do rio Pará, além dos Barraqueiros, que sobrevivem do turismo das praias, como a praia do Caripi. Amauri Franco sugere o Furo do Arrozal, visto que faz parte dessa região que precisa ser incorporada, pois recebe influência da água que desagua e fica na entrada da Ilha Trambioca e do Caripi, estando entre comunidades como Fazendinha e Itupanema, que estão dentro do CA. Elidiane Cardim sugere a Ilha do Capim e justifica que deveria ficar dentro da representação 6, pois é uma comunidade muito próxima à praia de Beja, afirmando que a ilha sofre com problema de água potável. Renato Belini faz menção à comunidade Arapari, que realizou um pedido no MPPA de uma ação civil pública (ACP) sobre qualidade da água. Após as manifestações, seguiu-se para a definição do ponto **4) Pauta e data da próxima reunião**. Houve a sugestão da apresentação do termo de referência que abrange a cláusula 3.1 do TAC, que está pendente, referente à segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos DRS1 e DRS2. Assim, fica agendada a próxima reunião ordinária para o **dia 28 de setembro de 2021, às 14:30h**. O encontro ocorrerá ainda em formato virtual com a seguinte pauta: **Apresentação do item 3.1 do TAC, além de atualização dos encaminhamentos**. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:51h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.